

À Comunidade Académica,

O Núcleo Feminista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa repudia todas as formas de discriminação e preconceito ainda presentes na Academia. Na Reunião Geral de Alunos (doravante RGA), convocada pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (doravante AAFDL), do dia 20 de abril de 2023, a comunidade estudantil da Faculdade de Direito testemunhou intervenções xenófobas por parte de um Conselheiro Geral da Universidade de Lisboa, assim como um apagamento dessas intervenções da respetiva ata.

As intervenções ofensivas tiveram origem a partir da apresentação de uma Carta dirigida ao Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, feita por estudantes brasileiras/os da Universidade de Lisboa, a ser votada em RGA, com o objetivo de relatar as dificuldades sentidas por imigrantes brasileiras/os em Portugal, desde as burocracias administrativas até às relações interculturais.

Durante o debate do conteúdo da Carta, o Conselheiro Geral da Universidade de Lisboa, Hélder de Sousa Semedo, descredibilizou um dos pontos contidos na mesma, que descrevia um caso de xenofobia, ocorrido em 2019, no qual um grupo de estudantes colocou no átrio da Faculdade uma caixa com pedras com o seguinte conteúdo: “Grátis se for para atirar a um ‘zuca’ (que passou à frente no mestrado)”. O Conselheiro menosprezou a situação, afirmando ser uma “brincadeira” que já foi e deveria ser esquecida. Posteriormente, fez várias críticas à Carta, algumas fundadas e outras, ditas por alguém que não tem conhecimento da realidade da comunidade brasileira em Portugal, concluindo a sua intervenção dizendo que se aquela Carta fosse aprovada em sede de RGA as pessoas brasileiras que a escreveram deveriam ser apedrejadas. Perante esta referência ao episódio de xenofobia supracitado como forma de atacar as pessoas envolvidas na feitura da Carta, estudantes brasileiras/os, inconformadas/os com o ataque xenófobo, questionaram e opuseram-se à intervenção do Conselheiro, que se exaltou e dirigiu ameaças diretas de violência física a um estudante brasileiro que estava presente.

Dadas as circunstâncias, o Presidente da Mesa da RGA pediu ao Conselheiro Geral que se retirasse da RGA e decidiu, unilateralmente, que a intervenção deste e a discussão que esta gerou não constariam em ata. A decisão do Presidente da Mesa gerou revolta nas/os estudantes brasileiras/os que estavam presentes, visto que as pessoas imigrantes estão cansadas de serem alvo de xenofobia e serem silenciadas ao tentar expor o preconceito vivenciado em Portugal. A postura do Presidente da Mesa representa uma tentativa de omissão de uma situação gravíssima - uma intervenção discriminatória e xenófoba praticada em sede de RGA.

A não inclusão deste episódio de xenofobia em ata implica um ato de omissão que contribui para a reprodução de um discurso de ódio, apagando registos que comprovem os factos ocorridos em sede de RGA - circunstância que, no fundo, apenas beneficia o agressor.

A ata deve ser um relato oficial de tudo o que ocorreu numa reunião e tem como objetivo democratizar o acesso às decisões tomadas e os assuntos abordados. Logo, tendo em conta que a intervenção feita pelo Conselheiro Geral foi diretamente relacionada ao ponto em discussão, não há razões para não ser inserida em ata. Deste modo, não inserir o episódio de xenofobia em ata apaga a violência vivida pela comunidade brasileira em sede de RGA e traduz-se numa falta de representatividade e de ocultação de informação perante não só estudantes brasileiras/os, mas perante toda a comunidade estudantil da Faculdade. Assim sendo, é essencial que situações como esta tenham visibilidade e sejam registadas, tanto para a construção de uma nova consciência social, como para que o ato de violência sofra as devidas consequências legais.

Neste sentido, o Núcleo Feminista FDUL repudia as intervenções xenófobas proferidas pelo Conselheiro Geral, Hélder Semedo, e a atuação da Mesa da RGA perante a situação.

Salientamos ainda a importância da atuação da AAFDL diante de um ato de xenofobia dentro da comunidade académica, tenha iniciativa no combate à discriminação e que assuma um papel ativo no combate ao preconceito para que as/os estudantes da Faculdade de Direito se sintam seguras/os e confiem na atuação dos Órgãos Sociais que as/os representa. Apelamos também à união da Comunidade Estudantil perante situações discriminatórias!

Saudações feministas,

Núcleo Feminista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

